



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 569976 - SC (2020/0077854-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : JONAS DE OLIVEIRA E OUTRO
ADVOGADOS : JONAS DE OLIVEIRA - SC033395
DIEGO ROSSI MORETTI - SC054505
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : PEDRO HINCKEL (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **PEDRO HINCKEL**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Consta dos autos o Juízo de execução negou ao paciente o regime domiciliar.

Inconformada, a defesa impetrou prévio *writ* no Tribunal de origem, que indeferiu o pleito liminar.

Neste *habeas corpus*, alega o impetrante que o paciente conta com 76 anos de idade e está acometido de inúmeras doenças graves, sendo necessária a concessão de regime domiciliar, em razão da saúde fragilizada e por está em grupo de risco de contaminação pelo COVID-19.

Destaca que a superlotação e as condições precárias dos presídios coloca em risco sua integridade física, podendo levá-lo, inclusive, à morte.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão de prisão domiciliar.

É o relatório.

Decido.

Esta Corte possui entendimento pacificado no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra decisão que indefere pedido liminar, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada, consoante os termos da Súmula 691/STF.

Nesse sentido, confira:

"AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA N. 691/STF. ART. 1º, I, § 1º, DO DECRETO N. 201/1967 (TRÊS VEZES) E ART. 316 DO CP (TRÊS VEZES). DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA CAUTELAR. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível *habeas corpus* contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. Caso em que a prisão foi decretada em razão do descumprimento de medida cautelar anteriormente imposta, conforme previsão. Precedentes. Ausência de manifesta ilegalidade, abuso de poder ou teratologia a autorizar a superação do mencionado enunciado.

3. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no HC 400.949/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 27/6/2017, DJe 1º/8/2017)

Na hipótese, a Corte de origem indeferiu o pleito liminar por não verificar os requisitos autorizadores da medida de urgência, pois, além do paciente, em princípio, não se enquadrar nas hipóteses previstas para concessão do regime domiciliar, medidas preventivas contra a proliferação do COVID-19 nos estabelecimentos prisionais estão sendo adotadas pelo Estado, *in verbis*:

"Diante da suspensão de parte das atividades do Poder Judiciário em decorrência da pandemia existente, aliada à edição da Resolução n. 62/2020 pelo Conselho Nacional de Justiça, passa-se ao exame da insurgência sob tal viés.

Ao negar o pedido atinente à segregação domiciliar (p. 169/170 do SAJ), assentou o juízo:

O sentenciado foi condenado ao cumprimento de 43 (quarenta e três) nos, 06(seis) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, por infração ao art. 217-A, caput, e art. 213, § 1º, c/c art. 14, inc. II, todos do Código Penal. Cumpre pena em regime fechado. No que pertine ao pedido de prisão domiciliar, as hipóteses de autorização de deferimento da medida estão elencadas no art. 117 da LEP, *in verbis*: Art. 117. Somente se admitirá o recolhimento do beneficiário de regime aberto em residência particular quando se tratar de: I - condenado maior de 70(setenta) anos; II - condenado acometido de doença grave; III - condenada com filho menor ou deficiente físico ou mental; IV - condenada gestante. Como se vê, a prisão domiciliar é medida de caráter excepcional e deve ser deferida somente quando cabalmente demonstrada a impossibilidade de resgate da reprimenda imposta no sistema penitenciário.

No entanto, no caso em tela, o reeducando passou por avaliação com médico da unidade prisional, o qual por meio de atestado informou que o apenado possui hérnia, além de apresentar-se debilitado. Se, por um lado, a existência de doença grave, aliada aos fatores de risco decorrentes da pandemia causada pelo Coronavírus (COVID-19), sugerem o isolamento do interno em prisão domiciliar, por outro há que se avaliar a gravidade do(s) delito(s) por ele praticado(s), o período restante de pena a ser cumprida, a intensidade do dolo no cometimento dos ilícitos e, com isso, o risco de voltar a delinquir.

Ademais, ausentes são as informações acerca da proliferação da doença no sistema prisional na região da Serra Catarinense, o que justifica o indeferimento, ao menos por ora, da prisão domiciliar.

Diversas foram as medidas adotadas pelas autoridades, tanto na ordem política quanto sanitária, para frear a propagação do vírus Sars-Cov 2, dentre elas a quarentena, consistente no isolamento social, e a interrupção de atividades comerciais, reduzindo, com isso, a reunião de pessoas.

Entretanto, já há sinalização do governo Estadual e Federal acerca do retorno gradual das rotinas a fim de evitar a estagnação da economia, tudo levando a crer que a propagação da doença está, no país, dentro dos índices projetados.

Neste contexto, porque os fatos praticados pelo apenado demonstram extrema gravidade e dolo intenso (estuprou em diversas oportunidades uma adolescente usando de violência física e grave ameaça) concluindo-se improvável o retorno à unidade prisional em caso de deferimento do pedido, a por em risco a sociedade Catarinense sem ser testado no regime intermediário, adicionado ao vasto período de pena a resgatar para progredir de regime, tenho que a melhor solução para o caso concreto é o indeferimento do pedido.

De mais a mais, não fosse a gravidade dos fatos pelo apenado praticados, verifica-se pela avaliação médica de fl. 139 que ele não se encaixa em nenhuma das possibilidades de prisão domiciliar elencadas no art. 117 da LEP, além de inexistir qualquer indício de que faça parte do grupo de risco abrangido pelas pessoas com idade acima de 60 anos e/ou portadores de doenças preexistentes como cardiopatias, diabetes, câncer, soropositivos, doenças respiratórias crônicas, hipertensão e imunodepressão, de modo que, também por esse viés, o indeferimento

do pleito é medida de rigor.

E, no caso em apreciação, verifica-se, em princípio, que a decisão singular fora devidamente fundamentada em elementos concretos a respeito da atual situação de saúde do paciente, inclusive pontuando as precauções promovidas pelo gestor público no ambiente prisional, aliado ao fato de que as informações contidas no decisum a quo demonstram que o paciente vem recebendo o tratamento adequado às moléstias mencionadas à inicial, de modo que o quadro fático-processual apresentado leva ao indeferimento do pleito liminar.

Ademais, há que se levar em conta a gravidade do delito praticado pelo paciente (crime sexual contra menor de idade), aliado ao fato de que, conforme o teor da deliberação objeto do presente writ, os detentos estão submetidos a período de quarentena, seguindo protocolos de assepsia recomendados pelo Governo, além do que aqueles que apresentam sintomas de gripe estão sendo separados da população carcerária, ao passo que a concessão de custódia domiciliar o colocaria em situação de risco iminente, principalmente levando-se em consideração a ausência de fiscalização do Poder Público acerca das medidas preventivas a fim de evitar o contágio da doença.

Ante o exposto, INDEFERE-SE o pedido liminar requerido" (e-STJ, fls. 236-238).

Assim, da leitura atenta da decisão impugnada, não verifico, por ora, a ocorrência de flagrante ilegalidade, de modo a justificar o processamento da presente ordem.

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** o *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator